



Relatório e Contas 2020

FamiGeste SGPS S.A.
Rua dos Remolares 14
1200-371 Lisboa

Tel. 21 321 02 30 Fax: 21 343 16 00
famigeste@famigeste.com www.famigeste.com

ÍNDICE

Organograma

Relatório do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras

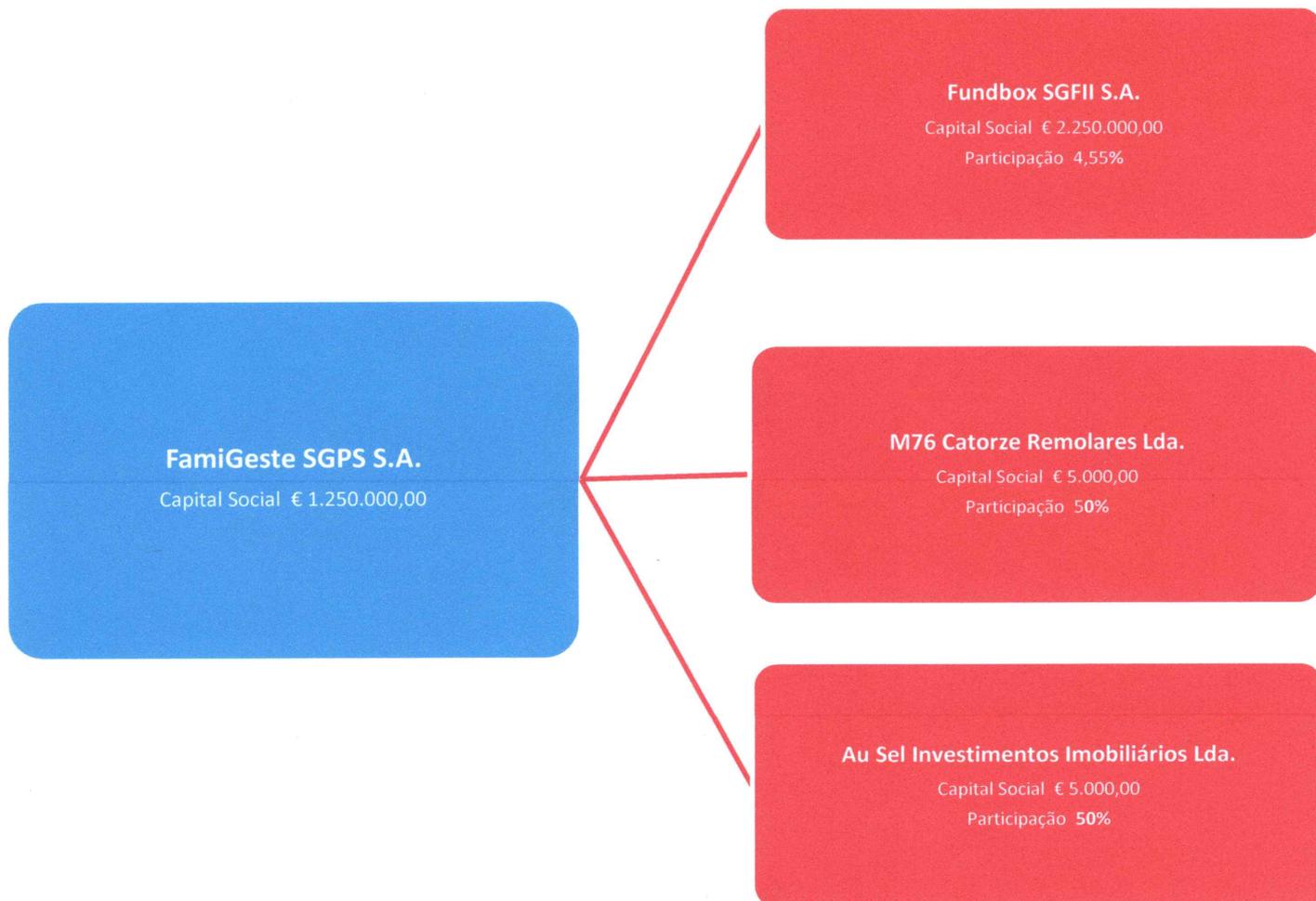
Anexo às Demonstrações Financeiras

Declaração de Responsabilidade Final de Exercício

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único





FAMIGESTE SGPS S.A.
Superus Semper

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020
Pandemus

Exmos. Senhores Acionistas,

Dando cumprimento ao disposto na Lei, vem o Conselho de Administração da **FAMIGESTE SGPS, S.A.**, no exercício da sua competência, apresentar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020.

 **Órgãos Sociais**

Mesa da Assembleia Geral:

Dr. João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa, *Presidente*
Dra. Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro, *Secretário*

Conselho de Administração:

Dr. Carlos de Sottomayor Vaz Antunes, *Presidente*
Dr. Fernando Rêgo de Castro e Solla Moniz, *Vogal*

Revisor Oficial de Contas:

Dr. Manuel Martins da Silva, *Revisor Oficial de Contas*



 **Estrutura Acionista**

O capital social da **FamiGeste SGPS S.A.**, no montante €1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil euros), encontra-se representado por 2.500.000 ações de valor nominal igual a €0,50 (cinquenta cêntimos do euro) e reparte-se da forma constante do **Quadro I** seguinte:

Quadro I – Estrutura Acionista

Acionista	Número de ações	Capital Detido (%)
Carlos de Sottomayor Vaz Antunes	1.589.614	63,59%
Parups S.A.	250.000	10,00%
Teresa do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
Carlos do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
João do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa	51.111	2,05%
Gonçalo José Sousa Ornellas de Avillez Pereira	32.053	1,28%
Herança Jacente de Maria João de Almeida Vieira da Cruz	26.111	1,04%
Duarte José Fiúza de Menezes Correia de Sá	26.111	1,04%
Fernando Rêgo de Castro e Solla Moniz	25.000	1,00%
Ações Próprias	125.000	5,00%
Totais	2.500.000	100%



2001

- A 3 de dezembro de 2001, é constituída a **FamiGeste - Negócios e Consultoria S.A.**, com o capital social de €50.000,00.

2002

- 30 de outubro: aquisição de 94.000 ações da **Fundbox SGFII S.A.**, representativas de 25,1% do respetivo capital social.
- 31 de outubro: subscrição de 50% do capital social da **Alecrim às Flores Restaurante Lda.**
- A 5 de dezembro, aquisição de 66,7% do capital social da **Willow - Gestão Imobiliária Lda.**
- 30 de dezembro: aquisição de mais 37.500 ações do capital social da **Fundbox**, passando a deter 35,1% do respetivo capital social.

2003

- 5 de maio: subscrição de 30% do capital social da **Balak - Contabilidade e Fiscalidade Lda.**
- 3 de julho: alienação de 16,7% do capital social da **Willow**, passando a sua participação para 50%.
- 23 de dezembro: subscrição de 7.275 ações da **Fundbox**, acompanhando o seu aumento de capital e passando a sua participação para 32,7%.

2004

- 25 de junho: subscrição de 51.462 ações da **Fundbox**, acompanhando o seu aumento de capital e passando a sua participação para 33,1%.
- 13 de julho: subscrição de 50% do capital social da **Mircela Gestão Imobiliária Lda.**
- 27 de setembro: subscrição de 27.322 ações da **Fundbox**, acompanhando o seu aumento de capital e passando a sua participação para 32,2%.
- 14 de dezembro: subscrição de 8.762 ações da **Fundbox**, acompanhando o seu aumento de capital e passando a sua participação para 32,3%.
- 28 de dezembro: aquisição de mais 40% do capital social da **Mircela**, passando a sua participação para 90%.

2005

- 11 de janeiro: aquisição de mais 40% do capital social da **Alecrim às Flores**, passando a sua participação para 90%.
- 4 de maio: alteração da designação social para **FamiGeste SGPS S.A.**
- Igualmente a 4 de Maio, aumento do capital social da **FamiGeste** para €100.000,00 (cem mil euros).
- 3 de agosto: aquisição de 50% do capital social da **Consultbox - Sociedade de Consultoria Lda.**

2006

- 27 de abril: alienação de 23.321 ações da **Fundbox**, passando a sua participação para 29% do respetivo capital social.
- 10 de agosto: aquisição de mais 25% do capital social da **Balak**, passando a sua participação para 55%.

2007

- 30 de março: aumento do capital social da **FamiGeste** para €500.000,00.
- Igualmente a 30 de março, procedemos ao alargamento da base acionista da **FamiGeste**, através da primeira colocação privada de capital.
- 1 de agosto: subscrição de 40% do capital social da **P.E.H. Rent-a-House Lda.**

- 19 de dezembro: aquisição de 7.000 ações da **Fundbox**, passando a sua participação para 30% do respetivo capital social.
- Igualmente a 19 de dezembro, subscrição de 100% do capital social da **FamiGeste 2 SGPS S.A.**
- 20 de dezembro: subscrição de 60% do capital social da **Geoscotilha - Centro de Escritórios do Chiado Lda.**
- 27 de dezembro: alienação à FamiGeste 2 SGPS das participações detidas na **Willow, Balak, Consultbox e Fundbox.**

2008

- 11 de fevereiro: aquisição de 60% do capital social da **Majopat S.A.**
- 12 de fevereiro: subscrição de 70% do capital social da **Red Tour GPS Electric Move Lda.**
- 9 de maio: a **FamiGeste 2 SGPS S.A.**, adquire 100% do capital social da **FamiGeste.**
- 22 de julho: aumento do capital social da **FamiGeste** para €750.000,00.
- Igualmente a 22 de julho, aumento do capital social da **FamiGeste 2 SGPS S.A.** para €2.250.000,00.

2009

- 18 de fevereiro: transformação da **FamiGeste SGPS S.A.** em Sociedade de Capital de Risco, sob a designação de **FamiGeste SCR S.A.**
- 4 de maio: aquisição de mais 10% do capital social da **PEH**, passando a sua participação para 50%.
- 19 de maio: alteração da designação da **FamiGeste 2 SGPS S.A.** para **FamiGeste SGPS S.A.**
- 26 de maio: aumento do capital social da **Red Tour** para €50.000,00.
- Igualmente a 26 de maio aumento do capital social da **Alecrim às Flores** para €100.000,00.
- 8 de julho: aumento do capital social da **FamiGeste SGPS** para €2.500.000,00.
- 10 de julho: aumento do capital social da **FamiGeste SCR** para €1.000.000,00.
- 24 de agosto: transformação da **Willow** em sociedade projeto.
- 29 de outubro: concretização do registo definitivo da **FamiGeste SCR** junto da **CMVM.**

2010

- 2 de maio: aquisição de mais 10% do capital social da **Red Tour**, passando a sua participação para 80%.
- 12 de maio: aquisição de mais 10% do capital social da **PEH**, passando a sua participação para 60%.
- 27 de maio: aumento do capital social da **PEH** para €50.000,00.
- 30 de junho: **FamiGeste** compra, à FamiGeste SCR, 90% do capital social da **Mircela.**
- 21 de julho: transformação da Willow - Gestão Imobiliária Lda. em Sociedade Gestora de Participações Socias, sob a designação de **Willow SGPS Lda.**
- 29 de dezembro: aumento do capital social da **FamiGeste SCR** para €3.500.000,00.

2011

- 28 de setembro: alteração da designação da **Consultbox** para **Travessa do Alecrim Sociedade Exploração Hoteleira Lda.**
- 30 de setembro: aquisição à FamiGeste SCR de 90% do capital social da **Alecrim às Flores.**
- 30 de setembro: alienação à Alecrim às Flores de 50% do capital social da **Travessa do Alecrim.**
- 6 de outubro: alienação à **Fundbox** (por aquisição de ações próprias) de 20.015 ações, representativas de 2,86% do capital social daquela sociedade, passando a participação total da FamiGeste a representar 27,14% do capital social da Fundbox.
- 10 de novembro: alienação à **Fundbox** (por aquisição de ações próprias) de 23.179 ações, representativas de 3,31% do capital social daquela sociedade, passando a participação total da FamiGeste a representar 23,83% do capital social da Fundbox.

- 6 de dezembro: alienação à **Fundbox** (por aquisição de ações próprias) de 9.346 ações, representativas de 1,34% do capital social daquela sociedade, passando a participação total da FamiGeste a representar 22,49% do capital social da Fundbox.
- 18 de dezembro: alienação ao Prof. Doutor Rui Alpalhão de 7.000 ações da **Fundbox**, representativas de 1% do capital social desta sociedade, passando a participação total da FamiGeste a representar 21,49% do capital social da Fundbox.
- 30 de dezembro: aquisição à FamiGeste SCR de 60% do capital social da **PEH**.
- 30 de dezembro: aquisição à FamiGeste SCR de 60% do capital social da **Geoescotilha**.

2012

- 4 de janeiro: alienação à **Fundbox** (por aquisição de ações próprias) de 13.830 ações, representativas de 1,97% do capital social daquela sociedade, passando a participação total da FamiGeste a representar 19,52% do capital social da Fundbox.
- 29 de junho: aquisição à FamiGeste SCR de 80% do capital social da **Red Tour**.
- 4 de julho: celebração de contratos de promessa de compra e venda, com a sociedade Almeida e Herrera Lda., relativos à alienação da **Mircela** e à alienação dos equipamentos pertencentes ao restaurante **Alecrim às Flores**.
- 16 de julho: aquisição de mais 10% do capital social da **Mircela**, passando a sua participação para 100%.
- 16 de julho: aquisição de mais 10% do capital social da **Alecrim às Flores**, passando a sua participação para 100%.
- 14 de agosto: a participada **Alecrim às Flores**, adquire mais 50% do capital social da **Travessa do Alecrim**, passando a sua participação para 100%.
- 13 de novembro: a participada **Alecrim às Flores**, subscreve 50% do capital social da **UMAI Restauração Lda.**
- 31 de dezembro: aquisição de mais 15% do capital social da **PEH**, passando a sua participação para 75%.

2013

- Em janeiro, concretizámos a cisão da **Willow SGPS Lda.**, ficando esta na posse do sócio Dr. Francisco Ataíde e transitando, para a FamiGeste SGPS, 50% dos respetivos ativos e passivos, nomeadamente as participações referentes a: 20% da Majopat (Mercy Hotel); 5% da PEH; e 20% da Geoescotilha. Deste modo passámos a deter: 20% da **Majopat**; 80% da **PEH**; e 80% da **Geoescotilha**.
- 28 de março: ratificação do aumento do capital social da **Red Tour** para €176.875,00, não acompanhado pelo sócio Vasco Correia passando, desta forma, a **FamiGeste SGPS**, a deter 94,35% do capital social da **Red Tour**.
- Em abril, alienámos a totalidade (55%) do capital detido na **Balak - Contabilidade e Fiscalidade Lda.**, ao sócio e gerente Dr. Nuno Henriques, pelo valor de €4.000,00.
- 28 de junho: concretização do aumento do capital social da **Fundbox** para €600.000,00, não acompanhado pela **FamiGeste SGPS** (por razões de tesouraria), convertendo-se, assim, a sua participação naquela sociedade, em 17,08% do capital social.
- 16 de outubro: emissão da licença de utilização do **Mercy Hotel** pela Câmara Municipal de Lisboa.
- 16 de dezembro: início da ação de supervisão presencial pelo Departamento de Supervisão de Gestão de Investimento Coletivo da CMVM à participada **FamiGeste SCR**.

2014

- 9 de abril: conclusão da ação de supervisão presencial, pelo Departamento de Supervisão de Gestão de Investimento Coletivo da CMVM, à participada **FamiGeste SCR**.
- Em julho, a **Alecrim às Flores** transmitiu à **Majopat SA**, pelo valor de €300.000,00, os ativos e passivos associados à cessão de exploração do restaurante **UMAI**, evitando conflitos de interesse numa putativa alienação da **Majopat SA**.

- 27 de novembro: alienámos, seguindo os termos propostos no ponto um da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual da **Sociedade** realizada a 29 de maio de 2014, a totalidade (80%) do capital detido na **PEH Rent-a-House Lda.**, ao senhor Dr. Carlos de Sottomayor Vaz Antunes, pelo valor de €214.453,34.
- 23 de dezembro: formalizámos a alienação da participação de 50% que a **Alecrim às Flores** detinha no capital social da **UMAI Restauração Lda.**, à Anna Lins Unipessoal Lda., permitindo, desta forma, avançar para a conclusão da alienação da **Majopat SA**.
- 29 de dezembro: alienámos a totalidade (20%) do capital detido na **Majopat SA (Mercy Hotel)**, à Tagerim Resort International SPRL, pelo valor de €2.333.816,73. Da mesma forma, na mesma data e consequentemente, a nossa participada **FamiGeste SCR** alienou a participação de 60% que detinha na **Majopat SA**, à Tagerim SPRL, pelo montante de €7.001.450,19.
- 30 de dezembro: com o propósito de proceder à cobertura de prejuízos resultante da alienação da **Majopat SA** (que contabilizada ao justo valor e numa fase inicial da recuperação do investimento, sempre originária), procedemos à redução do capital social da **FamiGeste SCR**, de €3.500.000,00 para €770.000,00. Na sequência desta operação “harmónio”, o capital social desta participada passou a ser titulado por 3.500.000 ações, de valor nominal igual a €0,22.
- Igualmente a 30 de dezembro: aquisição de mais 20% da **Geoescotilha**, à Willow SGPS Lda., por €4.167,67, passando a nossa participação a representar 100% do capital social daquela sociedade.

2015

- 18 de março: adquirimos a totalidade do capital social da **Au Sel Investimentos Imobiliários Lda.** por €15.000,0.
- 27 de março: formalizámos o “Contrato de Transmissão de Atividade” da Red Tour para a MVMS SA, pelo valor de €99.500,00.
- Em abril, a **Au Sel** adquiriu à Sociedade Comercial Orey Antunes S.A., o imóvel *Remolares 14* por €1.750.000,00.
- Em maio, atenta a promulgação da nova Lei 18/2015 de 4 de março que, substituindo o Decreto-Lei n.º 375/2007 de 8 de novembro, veio reordenar o regime jurídico do capital de risco, nomeadamente, prevendo no seu n.º 2 do artigo 46.º que “o capital social mínimo” aplicável às “sociedades de investimento em capital de risco autogeridas (...), é de €300.000.”, reduzimos, de novo, o capital social da **FamiGeste SCR** para €315.000,00 (correspondente a 3.500.000 ações de valor nominal igual a €0,09).
- Igualmente em maio, e com o propósito de tornar, jurídica e contabilisticamente, possível a aquisição de ações próprias, procedemos à redução do capital social da **FamiGeste SGPS**, de €2.500.000,00 para €1.250.000,00. Na sequência desta operação, o capital social da **Sociedade** passou a ser titulado por 2.500.000 ações, de valor nominal igual a €0,50.
- Em junho, cedemos à sociedade Espaço Amarelo Unipessoal Lda., 50% do capital social da **Geoescotilha Centro de Escritórios Lda.** e da **Au Sel Investimentos Imobiliários Lda.** pelo valor total agregado de €235.800,93.
- Em agosto, o razão social, e consequentemente o nome e marca da **Geoescotilha - Centro de Escritórios Lda.** foi alterado para **M76 Catorze Remolares Lda.**
- A 12 de outubro, procedemos, junto da Autoridade Tributária à cessação da atividade da **Red Tour**.
- Em dezembro, na decorrência da redução de capital deliberada em maio, a **FamiGeste SGPS** adquiriu: i) 75.000 ações próprias à Santo Amaro Success S.A., pelo valor global final de €53.437,50; e ii) 50.000 ações próprias a Maria Teresa de Quadros Ribeiro Serra, pelo valor global final de €35.625,00.

2016

- A 6 de dezembro, o senhor Vasco Correia requereu a insolvência da **Red Tour**, à qual esta nossa participada decidiu não se opor.

- Igualmente em dezembro, a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €750.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 13,66%.

2017

- A 6 de fevereiro, foi declarada a falência da **Red Tour**.
- Em 30 de março – e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €1.125.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 9,11%.
- 11 de maio: transformação da **FamiGeste SCR S.A.** em sociedade por quotas de natureza unipessoal, sob a designação de **FamiGeste Consultoria Unipessoal Lda.**
- Igualmente a 11 de maio, redução do capital social da **FamiGeste Consultoria** – anteriormente FamiGeste SCR – de €315.000,00 para €10.000,00.
- Em 25 de setembro – pela segunda vez no presente exercício e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €1.275.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 8,04%.
- A 30 de setembro, procedemos, junto da Autoridade Tributária à cessação da atividade da **FamiGeste Consultoria**.
- Em 2 de outubro, por ofício da CMVM, ficou formal e definitivamente cancelado o registo da **FamiGeste SRC** junto daquele supervisor.

2018

- Em 30 de janeiro – e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €1.500.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 6,83%.
- A 19 de julho – e na sequência do contrato-promessa celebrado em 4 de julho de 2012 – alienámos a **Mircela** à Almeida e Herrera Lda., por €355.000,00.
- Em 24 de julho – pela segunda vez no presente exercício e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €1.800.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 5,69%.

2019

- Em 27 de março – e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €1.950.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo, assim, a sua participação relativa para 5,26%.
- A 28 de junho – pela segunda vez no presente exercício e por razões ligadas, por um lado, à necessidade de manter os meios líquidos adequados e, por outro, ao estrito cumprimento dos rácios prudenciais obrigatórios – a **Fundbox** aumentou o seu capital social para €2.250.000,00, aumento este que a FamiGeste não acompanhou, reduzindo a sua participação relativa para 4,55%, que ficou, assim e pela primeira vez, abaixo dos 5,00% que representam a participação qualificada.
- A 10 de julho – e com o propósito de anular todas as responsabilidades recíprocas entre partes – alienámos a **Alecrim às Flores** a Carlos de Sottomayor Vaz Antunes, por €884,41.

2020

- A 27 de março – e com o propósito de prosseguir com o projeto de fusão da Fundbox com a sua congénere gestora de fundos mobiliários, decidido pelo seu acionista comum maioritário – foi deliberado alterar o razão social desta sociedade para **First Fundbox SGOIC S.A.**



Empresas Participadas

Au Sel Investimentos Imobiliários Lda.

VMEP a 31/12/2020: €2.561.115,42

Participação FamiGeste: €1.280.557,71 (50%)

First Fundbox SGOIC S.A.

VMEP a 31/12/2020: €448.131,00

Participação FamiGeste: €20.389,96 (4,55%)

M76 Catorze Remolares Lda.

VMEP a 31/12/2020: €0,00

Participação FamiGeste: €0,00 (50%)



Em resultado do ano 1 da pandemia COVID19 – e no âmbito do mais recessivo ambiente macroeconómico das últimas décadas – o ano de 2020, nota uma diminuição de 7,6% do Produto Interno Bruto Português, o que assinala, de longe, a maior queda registada desde 1961, ultrapassando com vigor a queda de 5,1% ocorrida em 1975, o primeiro ano completo depois da Revolução de 1974, reconhecido, consensualmente como um ano de total disrupção do aparelho produtivo, e ultrapassando ainda a queda de 6,8% registada na Zona Euro.

A agência de rating Moody's incluiu, no seu Outlook para 2021, Portugal no top 3 (com Grécia e Itália) das economias mais atingidas pela recessão causada pela pandemia, muito por força da reduzida dimensão, e conseqüente falta de capital, das empresas.

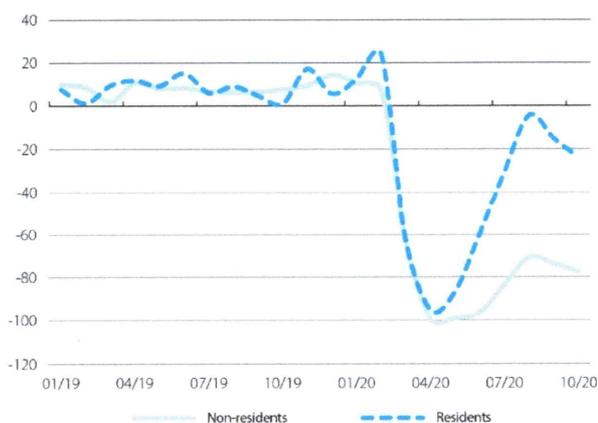
O desemprego, não obstante as políticas de apoio ao emprego implementadas, fixou-se em 6,8% no final do ano. No entanto, estimativas da Católica Lisbon School of Business & Economic, baseadas no facto de sectores cuja atividade foi severamente limitada por razões de saúde pública (como restaurantes e bares, hotelaria, viagens e transporte, serviços pessoais, e entretenimento e lazer) representarem cerca de 20% do emprego no sector privado, apontam para 17 a 31% do emprego, no aludidos sectores, em risco iminente.

Do lado das Finanças Públicas, o impacto da pandemia fez suceder a um superavit histórico (e o primeiro da 3ª República) um novo déficit de 5,7% do PIB, ainda que bem inferior aos apresentados pela maioria das economias europeias, por força da periclitante situação da dívida pública, que representou 133,7% do PIB, mais uma vez apenas atrás de Itália e Grécia.

Numa conjuntura marcadamente recessiva, não ocorreu inflação, e a balança corrente, que fechara o ano anterior marginalmente negativa, deverá ter atingido -1,2% do PIB, por força da redução drástica do turismo (figura à direita) e apesar do impacto positivo da queda dos preços do petróleo.

O crédito à habitação continuou a subir, apesar de uma redução do ritmo de crescimento, quer de transações, quer de preços, que havia marcado o ano anterior, mas o crédito a empresas caiu marcadamente (-15%), assim como o crédito ao consumo.

Portugal: overnight stays in tourist accommodation
Year-on-year change (%)



Source: CaixaBank Research, based on data from the National Statistics Institute of Portugal.

Figura 1 | dormidas em acomodações turísticas

Notando o cenário pandémico que caracterizou a grande parte de 2020, salientemos que a **FamiGeste SGPS** – bem como, assim, as suas participadas – foi capaz de passar este período de dura adversidade, cumprindo com as suas responsabilidades, mantendo-se solvente e respeitando a vontade dos seus acionistas em evitar novos aumentos de capital.

Analisando o desenvolvimento operacional dos negócios, sublinhemos que mantivemos a consolidação de margem e rendibilidade da M76 e persistimos no acompanhamento próximo da atividade da Fundbox.

O balanço da **Companhia** aumentou de forma significativa, mercê da reavaliação, a preço de mercado, do imóvel *Remolares 14*, propriedade da nossa participada Au Sel, que, desta forma, viu o seu ativo crescer mais de €2,5M.

Muito embora os efeitos da pandemia tenham adiado o amadurecimento do projeto de *leasing* à habitação, mantivemos durante todo o exercício os contactos possíveis com os diversos proto interessados no **izilizi** e postecipámos, para 2021, a tomada de decisão definitiva sobre este tema, desde que, obviamente, a pandemia instalada o venha a permitir.

De acordo com o proposto no Relatório & Contas de 2019, notemos:

- Mantivemos em mercado as sociedades Au Sel e M76.
- Mantivemos a aposta na otimização do desempenho económico-financeiro do edifício Remolares14, cuja atividade se encontra domiciliada na M76.
- Persistimos no apoio ao desenvolvimento do negócio social da Fundbox, mantendo um acompanhamento próximo e regular do seu desempenho.

Para além do atrás referido, notemos ainda:

- Prosseguimos com uma gestão rigorosa, e com critério, dos recursos disponíveis, procurando imunidades que garantiram que todas as decisões foram tomadas com sentido estratégico.
- Até 31 de dezembro levantámos 80% do capital próprio necessário ao arranque do projeto de *leasing* habitação.
- Durante o presente exercício, tentámos, sem sucesso, alienar a nossa participação na Fundbox ao seu acionista maioritário.



Como atrás referido – e, aliás, como antecipado no Relatório de 2019 – o exercício de 2020 registou um assinalável aumento do balanço da **FamiGeste**, mercê do crescimento do valor da rubrica participações financeiras, na decorrência da reavaliação do principal ativo da participada Au Sel – o imóvel *Remolares 14*.

Do lado dos resultados, note-se que os €24.203,79 de perdas imputadas de subsidiárias (ver **Quadro VIII**), justificam 75% do prejuízo apurado no exercício que totalizou €32.339,79.

Consequentemente, e somando a este prejuízo a variação positiva de €1.301.875,75 notada em ajustamentos em ativos financeiros, o capital próprio registou um aumento de 437,83%, totalizando €1.559.496,17 (ver **Quadro II**).

No decurso de deliberação da AG anual referente ao exercício de 2019, o resultado líquido negativo daquele ano foi transferido para a conta de Resultados transitados.

1. Evolução do Balanço

Quadro II – Capitais Próprios a 31 de dezembro (em euros)

Rubricas	2020	2019	2018	Variação 2020 / 2019	
				Absoluta	Relativa
Capital próprio					
Capital realizado	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00%
Ações próprias	- 89.062,50	- 89.062,50	- 89.062,50	0,00	0,00%
Outras reservas	89.062,50	89.062,50	89.062,50	0,00	0,00%
Resultados transitados	- 1.020.920,07	- 933.622,70	- 804.906,72	- 87.297,37	9,35%
Ajustamentos em ativos financeiros	1.362.756,03	60.880,28	43.480,73	1.301.875,75	2.138,42%
Resultado líquido do período	- 32.339,79	- 87.297,37	- 128.715,98	54.957,58	- 62,95%
Total do capital próprio	1.559.496,17	289.960,21	359.858,03	1.269.535,96	437,83%



O ativo líquido fechou acima dos €1,5M, com um aumento percentual implícito de 432,73% e o passivo totalizou €12.349,87. (ver **Quadro III**).

Quadro III – Balanços a 31 de dezembro (em euros)

Rubricas	2020	2019	2018	Variação 2020 / 2019	
				Absoluta	Relativa
Ativo					
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	3.455,72	0,00	0,00%
Participações financeiras (MEP)	1.300.947,67	23.275,71	1.058.437,00	1.277.671,96	5.489,29%
Particip. financ. - outros métodos	258.305,86	258.305,86	0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	12.449,11	13.415,07	13.415,07	- 965,96	- 7,20%
Acionistas	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	74,97	0,00	0,00	74,97	n.a.
Diferimentos	0,00	0,00	653,59	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	68,43	56,71	11.852,49	11,72	20,67%
Total ativo	1.571.846,04	295.053,35	1.098.813,87	1.276.792,69	432,73%
Passivo					
Provisões	0,00	0,00	704.503,74	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	11.150,00	4.150,00	0,00	7.000,00	168,67%
Fornecedores	1.199,87	367,50	561,46	832,37	226,50%
Estado e outros entes públicos	0,00	575,64	3.205,27	- 575,64	- 100,00%
Financiamentos obtidos (corrente)	0,00	0,00	685,37	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00%
Total passivo	12.349,87	5.093,14	738.955,84	7.256,73	142,48%
Capital próprio	1.559.496,17	289.960,21	359.858,03	1.269.535,96	437,83%
Total passivo e capital próprio	1.571.846,04	295.053,35	1.098.813,87	1.276.792,69	432,73%

Como já referido – e do lado do ativo – o aumento significativo registado na rubrica Participações financeiras (MEP), resulta do aumento de valor da participada Au Sel, na decorrência da reavaliação do seu principal ativo – o imóvel *Remolares 14*.

Quanto ao passivo, o crescimento verificado na rubrica Financiamentos obtidos, resulta de empréstimos de acionistas à **Sociedade** que, durante 2020, somaram mais €7.000,00, totalizando €11.500,00.

O endividamento total da **Companhia** (passivo/ativo) é de 0,79%, enquanto, simetricamente, a autonomia financeira é de 99,21%.

O passivo bancário é nulo.



2. Investimentos Financeiros

O valor das participações financeiras, estimado pelo método da equivalência patrimonial, aumentou 453,75%, totalizando, a 31 de dezembro de 2020, €1.559.253,53 – ver **Quadro IV**.

Este aumento resulta da reavaliação do principal ativo da participada Au Sel – o imóvel *Remolares 14*.

Quadro IV – Valor das Participações Financeiras a 31 de dezembro (em euros)

Empresa	2020	2019	2018	Varição 2020 / 2019	Participação
First Fundbox SGOIC SA	20.389,96	23.275,71	15.350,08	- 2.885,75	4,55%
M76 Catorze Remolares Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	50%
Au Sel Lda.	1.280.557,71	0,00	0,00	1.280.557,71	50%
Prestações suplementares	238.369,61	238.369,61	633.369,61	0,00	n.a.
Suprimentos	19.936,25	19.936,25	409.717,31	0,00	n.a.
TOTAL	1.559.253,53	281.581,57	1.058.437,00	1.277.671,96	n.a.

No **Quadro V** seguinte, podemos observar as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício de 2020:

Quadro V – Variações Patrimoniais 2020 (em euros)

Empresa	Aumento capital social	Aquisição	Alienação
FamiGeste SGPS SA	0,00	0,00	0,00
First Fundbox SGOIC SA	0,00	0,00	0,00
M76 Catorze Remolares Lda.	0,00	0,00	0,00
Au Sel Lda.	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

O **Quadro VI** permite observar um conjunto relevante de indicadores de natureza patrimonial e operacional, agrupados por empresa e referentes ao exercício de 2020:

Quadro VI – Indicadores 2020 por empresa (em euros)

	FG SGPS	Fundbox	M76	Au Sel	TOTAL
Valor MEP	n.a.	448.131	0	2.561.115	3.009.246
Capital próprio	1.559.496	448.131	58.223	2.660.355	4.726.205
Capital social	1.250.000	2.250.000	5.000	5.000	3.510.000
Ativo	1.571.846	847.027	2.052.492	4.506.249	8.977.614
Passivo bancário	0	n.a.	1.837.399	0	1.837.399
Resultado líquido	- 32.340	- 63.423	25.209	- 42.636	- 113.190
Cash-flow e equivalentes	- 32.340	- 42.093	42.500	- 42.636	- 74.569
EBITDA	- 32.340	- 29.895	105.838	- 42.636	967
# Fundos	n.a.	10	n.a.	n.a.	10
GAV		353.300.000			353.300.000

3. Análise das Contas

3.1. Rendimentos

Os rendimentos obtidos em 2020 pela FamiGeste totalizaram €888,97, conforme **Quadro VII** abaixo:

Quadro VII - Rendimentos	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	Variação (€) 2020 / 2019
Prestações de serviços	0,00	0,00	9.360,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	888,97	1.400,00	120,05	- 511,03
TOTAL	888,97	1.400,00	9.480,05	- 511,03

O valor de €888,97 registado na conta de Outros rendimentos e ganhos, resulta de uma execução judicial sobre o antigo colaborador Vasco Correia na decorrência, e em resultado, de um conjunto de diversas ações por ele interpostas no Tribunal do Trabalho.

3.2. Gastos

Conforme consta das demonstrações financeiras deste período, os gastos da FamiGeste totalizaram €33.228,76 – ver **Quadro VIII** – verificando-se um decréscimo de 62,54% face ao ano anterior e de 75,96% no triénio em análise.

Quadro VIII - Gastos	2020 (€)	2019 (€)	2018 (€)	Varição (€) 2020 / 2019
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	24.203,79	69.896,63	87.158,61	- 45.692,84
Fornecimentos e serviços externos	7.492,27	7.783,86	30.961,73	- 291,59
Outros gastos e perdas	1.532,70	9.098,57	1.956,43	- 7.565,87
Gastos de depreciação e amortização	0,00	1.342,67	3.452,62	- 1.342,67
Juros suportados	0,00	0,00	4.578,56	0,00
Imposto do período	0,00	575,64	3.088,08	- 575,64
TOTAL	33.228,76	88.697,37	138.196,03	- 55.468,61

Note-se que as diminuições foram transversais a todas as contas de gastos.

3.3. Resultados

Foi apurado, neste exercício, um prejuízo de **€32.339,79** (trinta e dois mil, trezentos e trinta e nove euros e setenta e nove cêntimos).

4. Conclusão

Atento o cenário particularmente adverso ligado à crise pandémica COVID19 – e lembrando os pontos anteriores do presente Relatório de Gestão – podemos concluir que o exercício de 2020 cumpriu, na sua maioria, os objetivos propostos por este Conselho de Administração e que as contas do exercício refletem a atividade desenvolvida pela **FamiGeste SGPS S.A.**

5. Gestão e Análise de Riscos Financeiros

O grau de exposição da FamiGeste SGPS a riscos financeiros é praticamente nulo. Por um lado, e no exercício da sua atividade, não está exposta a risco de taxa de câmbio e, por outro, atendendo à inexistência de passivo bancário, não está, igualmente, exposta ao risco da taxa de juro.

Todavia, a Administração está atenta a eventuais riscos de modo a tomar as medidas necessárias para anular efeitos adversos.

No **Quadro XII** está refletida a tradicional valorização “consolidada” da **FamiGeste**:

Quadro XII – Valorização dos Negócios a 31 de dezembro (em euros)

Empresa	Valor		Participação (%)		Valor FamiGeste		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Δ 2020 - 2019
Au Sel ¹	2.664.385,93	2.694.974,40	50%	50%	1.332.192,97	1.347.487,20	- 15.294,23
First Fundbox ²	0,00	0,00	4,55%	4,55%	0,00	0,00	0,00
M76 Catorze Rem. ³	586.061,13	637.628,02	50%	50%	293.030,57	318.814,01	- 25.783,44
izilizi ⁴	17.115.386,80	17.115.386,80	26,19%	26,19%	762.028,37	537.902,38	224.125,99
FamiGeste SGPS ⁵	68,43	56,71	n.a.	n.a.	68,43	56,71	11,72
Total	20.365.902,29	20.448.045,93			[A] 2.387.320,34	[B] 2.204.260,30	[C] = [A] - [B] 183.060,04

VALOR POR AÇÃO = €2.387.320,34 ÷ 2.500.000 ações = €0,95

O valor por ação resultante desta avaliação aponta uma valorização de 8,30% face aos €0,88 registados em dezembro de 2019, conforme se pode verificar pela leitura do quadro seguinte:

(euros)

	Fevereiro 2007	Fevereiro 2007 BE ⁶	Novembro 2010 ⁷	Dezembro 2016 ⁸	Dezembro 2019	Dezembro 2020
Valor por ação	8,02	7,07	3,98	0,77	0,88	0,95
Valor pós split	1,60	1,41	3,98	0,77	0,88	0,95
Valorização ⁹	- 40,46%	- 32,43%	- 75,99%	24,69%	8,30%	n.a.

Assinale-se que a variação positiva de valor se ficou a dever, inteiramente, ao aumento da probabilidade atribuída ao projeto izilizi que passou de 12% em 2019 para 17% no corrente exercício.

¹ Valor putativo de venda do *Remolares 14* deduzido do passivo bancário à data de 31 de dezembro.

² 12 x média ponderada do *Price Earning Ratio* dos últimos 3 exercícios com valor mínimo igual a zero.

³ 8 x média ponderada do EBITDA dos últimos 5 exercícios da M76 e Au Sel.

⁴ A probabilidade atribuída ao projeto passou de 12% em 2019 para 17% em 2020 (tudo o resto constante).

⁵ Valor de disponibilidades deduzido do passivo bancário à data de 31 de dezembro.

⁶ Valor com prémio singular aplicado à aquisição pelo Banco Efisa.

⁷ Máximo histórico do valor por ação.

⁸ Mínimo histórico do valor por ação.

⁹ Valorização por comparação ao valor atual (dezembro de 2020).



Fatores relevantes ocorridos já após o encerramento das contas

Após o encerramento das contas, não se verificou nenhum acontecimento relevante que alterasse a situação económico-financeira da **Empresa**.

Perspetivas para 2021

A **FamiGeste SGPS** foi capaz de passar este período de dura adversidade – indelevelmente marcado pela crise pandémica – cumprindo as suas responsabilidades, mantendo-se solvente e respeitando a vontade dos seus acionistas em evitar novos aumentos de capital.

Notando, e tomando em consideração, que todos os indícios apontam para que a pandemia Covid-19 se prolongue por todo o ano de 2021, propomos como grande objetivo estratégico-operacional para o próximo exercício – a exemplo, aliás, do fixado para 2020 – tentar fechar as condições que nos permitam avançar para o lançamento do projeto de *leasing* à habitação, garantindo, assim, a retoma dos negócios geradores de valor.

Prosseguiremos numa gestão rigorosa, e com critério, dos recursos disponíveis, procurando imunidades que nos garantam que todas as decisões serão tomadas com sentido estratégico.

Assim sendo, propomos:

- Manter em mercado – mas em perímetro circunscrito – as sociedades Au Sel e M76.
- Manter a aposta na otimização do desempenho económico-financeiro do edifício *Remolares14*, cuja atividade se encontra domiciliada na M76.
- Estudar e avaliar a possibilidade de segregar as atividades de arrendamento de escritórios e de contabilidade, criando, eventualmente, centros de resultados distintos e autónomos.

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o exposto, propomos que sejam aprovadas as contas do exercício, bem como a proposta de transferência do Resultado Líquido negativo do período de **€32.339,79** (trinta e dois mil, trezentos e trinta e nove euros e setenta e nove cêntimos) para a conta de Resultados Transitados.





Agradecimentos

O Conselho de Administração da **FamiGeste SGPS S.A.** deseja agradecer:

- A todos os colaboradores da **Sociedade**, bem como a todos os colaboradores das empresas participadas, que se mantiveram leais e confiantes na bondade dos negócios sociais e que veem nos seus deveres a outra face dos seus direitos, sem os quais os resultados alcançados não seriam possíveis.
- Aos acionistas da **Sociedade**, bem como aos acionistas e sócios das empresas participadas e associadas e, muito em particular, aos que detêm responsabilidades formais, cuja confiança, lealdade, trabalho conjunto e comunhão de objetivos, têm sido determinantes para o progresso dos negócios.
- Ao Senhor Revisor Oficial de Contas, pelo interessado, participativo e útil acompanhamento que dá ao andamento dos negócios sociais.
- Aos bancos que connosco trabalham e que na **FamiGeste SGPS** e nas suas participadas têm depositado confiança, com merecido destaque ao Banco Efisa.

Lisboa, 29 de abril de 2021

O Conselho de Administração,

Carlos de Sottomayor Vaz Antunes
(Presidente do Conselho de Administração)

Fernando Rêgo de Castro e Solla Moniz
(Vogal do Conselho de Administração)

FamiGeste SGPS, S.A.Morada: Rua dos Remolares, n.º 14
1200 - 371 Lisboa

NIPC: 508 385 865

Capital Social: €1.250.000,00

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de dezembro de 2020

(Unidade: Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	1.300.947,67	23.275,71
Participações financeiras - outros métodos	8	258.305,86	258.305,86
Subtotal		1.559.253,53	281.581,57
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	9	12.449,11	13.415,07
Outros créditos a receber	10	74,97	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	68,43	56,71
Subtotal		12.592,51	13.471,78
Total do ativo		1.571.846,04	295.053,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	1.250.000,00	1.250.000,00
Ações próprias	13	-89.062,50	-89.062,50
Outras reservas	13	89.062,50	89.062,50
Resultados transitados	14	-1.020.920,07	-933.622,70
Ajustamentos em ativos financeiros	15	1.362.756,03	60.880,28
Subtotal		1.591.835,96	377.257,58
Resultado líquido do período		-32.339,79	-87.297,37
Subtotal		1.559.496,17	289.960,21
Total do capital próprio		1.559.496,17	289.960,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	11.150,00	4.150,00
Subtotal		11.150,00	4.150,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	1.199,87	367,50
Estado e outros entes públicos	8	0,00	575,64
Subtotal		1.199,87	943,14
Total do passivo		12.349,87	5.093,14
Total do capital próprio e do passivo		1.571.846,04	295.053,35

O Contabilista Certificado**A Administração**

Assinado por: **ELISABETE CARDOSO RIBEIRO**
 Num. de Identificação: 119316935
 Data: 2021.05.20 18:11:59+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 85607.**



Elisabete Cardoso Ribeiro
Luís António

FamiGeste SGPS, S.A.

Morada: Rua dos Remolares, n.º 14

1200 - 371 Lisboa

NIPC: 508 385 865

Capital Social: €1.250.000,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de dezembro de 2020

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	18	-24.203,79	-69.896,63
Fornecimentos e serviços externos	19	-7.492,27	-7.783,86
Outros rendimentos	20	888,97	1.400,00
Outros gastos	21	-1.532,70	-9.098,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-32.339,79	-85.379,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	0,00	-1.342,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-32.339,79	-86.721,73
Resultado antes de impostos		-32.339,79	-86.721,73
Imposto sobre o rendimento do período	24	0,00	-575,64
Resultado líquido do período		-32.339,79	-87.297,37

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: **ELISABETE CARDOSO RIBEIRO**

Num. de identificação: 119316935

Data: 2021.05.20 18:13:18+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**Atributos certificados: **Membro da OCC nº 85607.**

Luís V. A. ...
[Handwritten signature]

FamiGeste SGPS, S.A.

Morada: Rua dos Remolares, n.º 14
1200 - 371 Lisboa

NIPC: 508 385 865

Capital Social: €1.250.000,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em 31 de dezembro de 2020

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores	-	-5.999,82 €	-14.573,13 €
Pagamentos ao pessoal	-	0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	-5.999,82 €	-14.573,13 €
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-575,64 €	-3.088,08 €
Outros recebimentos / pagamentos	+/-	-412,82 €	-2.168,98 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-	-6.988,28 €	-19.830,19 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	-	0,00 €	-3.500,00 €
Outros ativos	-	0,00 €	0,00 €
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE :			
Ativos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	+	0,00 €	6.384,41 €
Outros ativos	+	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e proveitos similares	+	0,00 €	0,00 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-	0,00 €	2.884,41 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	7.000,00 €	5.150,00 €
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	0,00 €	0,00 €
Dividendos	-	0,00 €	0,00 €
Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/-	7.000,00 €	5.150,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	+/-	11,72 €	-11.795,78 €
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		56,71 €	11.852,49 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		68,43 €	56,71 €

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: ELISABETE CARDOSO RIBEIRO

Num. de Identificação: 119316935

Data: 2021.05.20 13:44:05+01'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 85607.

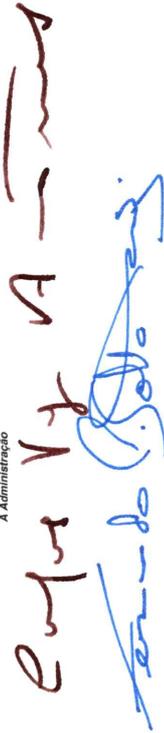


Elisabete Cardoso Ribeiro
[Assinatura]

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total
1	POSICÃO A 01 DE JANEIRO DE 2019 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de AFT e AI Excedente de revalorização de AFT e AI e respetivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	1.250.000,00	-89.062,50	0,00	0,00	0,00	89.062,50	-804.906,72	43.480,73	0,00	-128.715,98	359.856,03	359.856,03	
													0,00	
														0,00
														0,00
														0,00
2	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-128.715,98	17.399,55	0,00	0,00	128.715,98	17.399,55	17.399,55	
3	RESULTADO INTEGRAL													
4-2+3	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
													0,00	
														0,00
														0,00
														0,00
5	POSICÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.250.000,00	-89.062,50	0,00	0,00	0,00	-953.622,70	60.880,28	0,00	0,00	-87.297,37	289.960,21	289.960,21	
6	POSICÃO A 01 DE JANEIRO DE 2020 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de AFT e AI Excedentes de revalorização de AFT e AI e respetivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	1.250.000,00	-89.062,50	0,00	0,00	0,00	-953.622,70	60.880,28	0,00	0,00	-87.297,37	289.960,21	289.960,21	
													0,00	
														0,00
														1.313.899,25
														-12.023,50
7	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-87.297,37	-12.023,50	0,00	0,00	87.297,37	1.301.875,75	1.301.875,75	
8	RESULTADO INTEGRAL													
9-7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações													
													0,00	
														0,00
														0,00
														0,00
10	POSICÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 6 + 7 + 8 + 10	1.250.000,00	-89.062,50	0,00	0,00	0,00	-1.020.920,07	1.362.756,03	0,00	0,00	-32.339,79	1.559.496,17	1.559.496,17	

Assinado por: **ELISABETE CARDOSO RIBEIRO**
 Num. de identificação: 119316935
 Data: 2021-05-20 13:43:08+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
 Atributos certificados: **Membro da OCC n.º 85607.**

A Administração


Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(todos os valores são expressos em euros)

1. Nota introdutória

A empresa FamiGeste SGPS, S.A., com o número de identificação de pessoa coletiva 508 385 865, foi constituída em 19 de dezembro de 2007, tem a sua sede na Rua dos Remolares, n.º 14, freguesia da Misericórdia, concelho de Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A empresa é detida por acionistas individuais e coletivos, não tendo qualquer acionista coletivo uma participação igual ou superior a 20%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2020 as demonstrações financeiras da empresa FamiGeste SGPS, S.A., foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas, adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja eminente.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa FamiGeste SGPS S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, assim como os investimentos financeiros em empresas subsidiárias - onde a empresa detém mais de 50% do capital, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excluindo as prestações suplementares.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,00% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Em 31 de dezembro do presente ano civil, não foram identificadas situações justificativas da constituição de impostos diferidos ativos.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.



4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso imediato.

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas e erros

Tal como mencionado na nota 2 b), as políticas contábilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contábilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 quando comparadas com as estimativas contábilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2019						
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	41.810,46	-	-	-41.810,46	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	46.873,76	-	-	-41.810,46	-	5.063,30
Depreciações acumuladas:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	38.354,74	1.342,67	-	-39.697,41	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	43.418,04	1.342,67	-	-39.697,41	-	5.063,30

31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30
Depreciações acumuladas:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	5.063,30	-	-	-	-	5.063,30

7. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em empresas participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2020, apresentavam-se como segue:

31 de Dezembro de 2020					
Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais Próprios em 31-Dez-20	RL	% participação	Saldo Inv. Financeiros em
FamiGeste Consultoria Unipessoal	Lisboa	(16.608,12)	(2.709,80)	100%	-
Frist Fund Box SGOIC S.A.	Lisboa	448.131,00	(63.423,00)	4,55%	20.389,96
M76 Catorze Remolares Lda	Lisboa	58.223,23	25.208,71	50%	-
Au Sel Lda	Lisboa	2.660.354,63	(42.636,08)	50%	1.280.557,71
					1.300.947,67

Considerou-se como influência significativa, o facto do Dr. Carlos Vaz Antunes, pertencer aos órgãos de gestão da Frist Fund Box SGOIC S.A..

8. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

Outros investimentos financeiros	31-dez-20	31-dez-19
FamiGeste Consultoria Unipessoal	19.936,25	19.936,25
Frist Fund Box SGOIC S.A.	-	-
M76 Catorze Remolares Lda	188.750,00	188.750,00
Au Sel Lda	49.619,61	49.619,61
	258.305,86	258.305,86

O saldo da Famigeste Consultoria é referente a suprimentos e os da M76 e Au Sel são referentes a prestações suplementares.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-20	31-dez-19
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	4.312,52	5.312,52
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	8.136,59	8.102,55
Outros impostos e taxas	-	-
	12.449,11	13.415,07
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	575,64
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Segurança Social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	575,64

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Outros créditos a receber	74,97	-
	74,97	-

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	12,78	12,78
Depósitos à ordem	55,65	43,93
Depósitos a prazo	-	-
Outras	-	-
	68,43	56,71

12. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da FamiGeste SGPS, S.A., encontrava-se totalmente subscrito e realizado, e era composto por 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações com o valor nominal de €0,50 (cinquenta cêntimos do euro) cada.

Acionista	numero de ações	Capital detido
Carlos de Sottomayor Vaz Antunes	1.589.614	63,59%
Parups SA	250.000	10,00%
Teresa do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
Carlos do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
João do Carmo Salazar de Sousa Vaz Antunes	125.000	5,00%
João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa	51.111	2,05%
Gonçalo José de Sousa Omellas de Avillez Pereira	32.053	1,28%
Herança Jacente de Maria João de Almeida Vieira da Cruz	26.111	1,04%
Duarte José Fiúza de Menezes Correia de Sá	26.111	1,04%
Fernando Rêgo de Castro e Solla Moniz	25.000	1,00%
Ações Próprias	125.000	5,00%
	2.500.000,00	100%

13. Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2020 a FamiGeste SGPS tem 125.000 ações próprias pelo valor de €89.062,50.

14. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 24 de junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foi decidido:

- Transferência do prejuízo de €87.297,37 para a conta de Resultados Transitados.

15. Ajustamentos em ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rúbrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Outros	1.362.756,03	60.880,28
	1.362.756,03	60.880,28

Os valores apresentados são referentes aos ajustamentos efetuados nas participações financeiras detidas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.

O substancial aumento deve-se ao excedente de revalorização do imóvel reconhecido na Au Sel.

16. Financiamentos - Suprimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rúbrica "Acionistas" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Ativo				
Suprimentos e outros mutuos	-	-	-	-
Outros saldos devedores	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivo				
Suprimentos e outros mutuos	11.150,00	-	4.150,00	-
Outros saldos credores	-	-	-	-
	11.150,00	-	4.150,00	-

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rúbrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores conta corrente	1.199,87	367,50
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	1.199,87	367,50

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2020 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	1.199,87	-	-	-	1.199,87
Fornecedores outros	-	-	-	-	-
	1.199,87	-	-	-	1.199,87

18. Ganhos /Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica "Ganhos /Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" tinha a seguinte composição:

Partes de capital	Varição nos resultados	Ganhos / Perdas
FamiGeste Consultoria Unipessoal	-	-
Frist Fund Box SGOIC S.A.	(2.885,75)	(2.885,75)
M76 Catorze Remolares Lda	-	-
Au Sel	(21.318,04)	(21.318,04)
	(24.203,79)	(24.203,79)

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-dez-20	31-dez-19
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	7.307,27	4.587,67
Materiais	-	-
'Serviços Bancários	-	83,76
Energia e fluidos	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	244,85
Serviços diversos	185,00	2.867,58
Rendas e Alugueres	-	-
Comunicação	-	-
Seguros	-	806,83
Contencioso e Notariado	185,00	2.060,75
Despesas de Representação	-	-
Limpeza, Higiene e conforto	-	-
Outros Serviços	-	-
	7.492,27	7.783,86

20. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	888,97	1.400,00
	888,97	1.400,00

21. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Impostos	25,50	662,52
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Alienações -ativos tangíveis	-	2.113,05
Correções relativas a períodos anteriores	1.000,00	6.273,00
Outros gastos	507,20	50,00
	1.532,70	9.098,57

22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-20			31-dez-19		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	1.342,67	-	1.342,67
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	1.342,67	-	1.342,67

23. Ativo contingente/ passivo contingente

Existe um processo judicial em curso, Processo nº 22/19.8T8CSC , no valor total de €560.589,60, que gera um ativo contingente no valor de €540.589,60 e um passivo contingente, no valor de €20.000,00.

Caso a FamiGeste venha a ganhar esta ação em Tribunal, beneficiará de um valor líquido de €540.589,60.

24. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, a declaração fiscal do exercício anterior bem como a do corrente exercício poderão vir, ainda, a ser sujeitas a revisão.

No entanto, entende-se que as correções decorrentes de eventuais inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de rendimentos, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

25. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são apresentados no quadro que segue:

Transações	31-dez-20	31-dez-19
Vendas		-
Prestação de serviços		
Compras de mercadorias		-
Serviços adquiridos	1.476,00	1.476,00

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

26. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

28. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 29 de abril de 2021.

O Contabilista Certificado

A Administração

Assinado por: **ELISABETE CARDOSO RIBEIRO**
Num. de identificação: 119316935
Data: 2021.05.20 18:07:37+01'00'
Certificado por: Ordem dos Contabilistas Certificados.
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 85607.**



Índice

1. Nota introdutória	1
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	1
3. Principais políticas contabilísticas	2
4. Fluxos de caixa.....	5
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	5
6. Ativos fixos tangíveis	5
7. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	6
8. Outros investimentos financeiros	7
9. Estado e outros entes públicos	7
10. Outros créditos a receber	7
11. Caixa e depósitos bancários	8
12. Capital realizado.....	8
13. Ações Próprias	8
14. Resultados transitados	8
15. Ajustamentos em ativos financeiros.....	9
16. Financiamentos - Suprimentos.....	9
17. Fornecedores	9
18. Ganhos /Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10
19. Fornecimentos e serviços externos.....	10
20. Outros rendimentos	10
21. Outros gastos	11
22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11
23. Ativo contingente/ passivo contingente	11
24. Impostos sobre o rendimento	11
25. Partes relacionadas.....	12
26. Eventos subsequentes	12
27. Informações exigidas por diplomas legais	12
28. Data de autorização para emissão.....	12



FAMIGESTE SGPS S.A.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 508 385 865

Capital social €1.250.000,00 NIPC 508 385 865

Rua dos Remolares, 14

1200-371 Lisboa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO 2020

Lisboa, 31 de dezembro de 2020

Nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido da Senhora Dra. Elisabete Cardoso Ribeiro, Contabilista Certificada n.º 85607 a quem compete a planificação, organização e execução da nossa contabilidade e assunção da responsabilidade técnica, em termos contabilísticos e fiscais.

Para tanto declaramos tal como é nosso dever que:

- Não foram omitidos quaisquer documentos, correspondência relevante, atas das reuniões dos acionistas e dos órgãos sociais, tendo sido prestadas todas as informações adicionais para melhor compreensão dos mesmos.
- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, que afetam a situação da empresa.
- A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade para além dos divulgados nas demonstrações financeiras.
- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados.
- Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais.
- Não temos projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da empresa.
- Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

A Administração



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Data 25/05/2021

À atenção de

Manuel Martins da Silva

Estrada Consiglieri Pedroso nº123, Queluz de Baixo

2730-056 Barcarena

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **FamiGeste SGPS, S.A.**, relativas ao ano findo em **31 de Dezembro de 2020**, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.4 Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;



- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
 - Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
 - Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
 - Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- 1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.8 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos.
- 1.9 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

- 2.1 Disponibilizámos-vos:
- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
 - A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
 - Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
 - Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.
- 2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- 2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
- 2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.



- 2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- 2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de 24 de junho de 2020 – ata nº 15– e Conselho de Administração de 30 de abril de 2020 – ata nº 37.
- 2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.12 Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

- 2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

A Administração



Handwritten signature in red ink, appearing to read "Elisabete Cardoso Ribeiro".

O Contabilista Certificado

Assinado por: **ELISABETE CARDOSO RIBEIRO**
Num. de identificação: 119316935
Data: 2021.05.25 18:06:20+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 85607.**





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Famigeste SGPS, S.A.**, que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2020** (que evidencia um total de 1.571.846,04 euros e um total de capital próprio de 1.559.496,17 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 32.339,79 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Famigeste SGPS, S.A.** em **31 de Dezembro de 2020** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Manuel Martins da Silva
Revisor Oficial de Contas

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

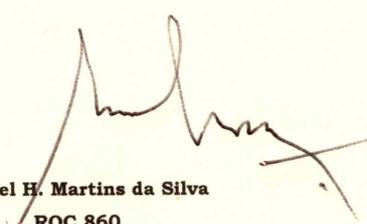
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de Maio de 2021


Manuel H. Martins da Silva
ROC 860



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

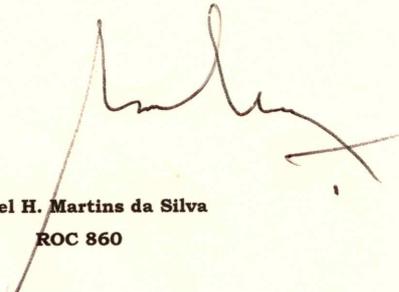
Ex.mos Senhores,

Nos termos da lei, submetemos à Vossa apreciação, o Relatório da fiscalização efectuada e emitimos parecer sobre o Relatório e Contas da Administração da **Famigeste SGPS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em **31 de Dezembro de 2020**.

Considerando o teor da Certificação Legal de Contas, emitida por nós e tomada como parte integrante deste Relatório, assim como o referido no Relatório da Administração, o qual refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a gestão deste exercício, somos de parecer que:

- a) O Relatório da Administração e as Contas do exercício satisfazem os requisitos legais;
- b) Sejam aprovados o Relatório da Administração, Balanço e Contas relativas ao exercício de 2020;
- c) Seja aprovada a proposta apresentada pela Administração no que respeita à aplicação do Resultado Líquido Negativo de 32.339,79 euros.

Lisboa, 25 de Maio de 2021



Manuel H. Martins da Silva
ROC 860